

Informe Legislativo Municipal

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PROJETOS DE LEI APRESENTADOS NESTA SEMANA:

Interesse Geral:

Foco: Programa Adote uma Praça – parceria publico-privado

Projeto de Lei nº 533/2017, de autoria do vereador Zico Bacana, que “Institui o Programa Adote uma Praça e dá outras providências”. Apresentado em 23/11/2017 e distribuído às Comissões de: de Justiça e Redação; de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público; de Assuntos Urbanos; de Obras Públicas e Infraestrutura; de Meio Ambiente; de Esportes e Lazer; de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social; de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura; e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

Síntese: O presente Projeto tem como objetivo estimular novas parcerias para construção, reformas e principalmente manutenção das Praças públicas, localizadas em nosso Município, essa iniciativa visa reduzir as despesas do Município, que poderá remanejar as verbas destinadas para construção e manutenção de praças para outras melhorias em nossa Cidade, em contra partida as parcerias privadas terão mais um espaço para darem publicidade de suas marcas.

Link para acessar o PL:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/c49fe70fb92533b1832581d30052752c?OpenDocument>

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Educação

APROVADO na **Comissão de Justiça e Redação** o **parecer** do relator, vereador Thiago K. Ribeiro, ao **Projeto de Lei nº 392/2017**, de autoria do vereador Fernando William, que “Dispõe sobre a proibição de cobrança às entidades de ensino públicas ou privadas”, **pela constitucionalidade**.

Interesse Geral

APROVADO na **Comissão de Defesa da Mulher** o **parecer favorável** da relatora, vereadora Marielle Franco, ao **Projeto de Lei nº 91/2017**, de autoria do vereador Renato Cinco, que “Proíbe inquirir sobre a orientação sexual, gênero e vida do candidato em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedade, clubes e afins e dá outras providências”.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão do dia: **22/11/17**

2ª DISCUSSÃO

APROVADO, com emendas, o Projeto de Lei Complementar nº 118/2015, de autoria dos vereadores Rafael Aloisio Freitas e Carlo Caiado, que “Revoga o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 145, de 6 de outubro de 2014, que exclui a possibilidade de fechamento das varandas para as edificações multifamiliares da zona sul do município do Rio de Janeiro”. O **PLC segue a redação final**.

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:

Atos do Poder Executivo:

Publicado no DO-Rio de 21/11/17

Decreto Rio nº 43970 de 17 de novembro de 2017

Altera o Decreto nº 42.272, de 20 de setembro de 2016, que dispõe sobre horário de circulação de veículos de carga e operação de carga e descarga, e dá outras providências.

Secretaria de Fazenda

Resolução SMF nº 2961, de 17 de novembro de 2017

Altera o § 1º do art. 5º da Resolução SMF nº 2910, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o procedimento para revisão de ofício, mediante informações prestadas pelos interessados dos lançamentos do IPTU realizados em decorrência do Projeto Atualiza.

Resolução SMF nº 2962, de 17 de novembro de 2017

Altera os anexos da Resolução SMF nº 1.897, de 21 de dezembro de 2013. (Certidão Negativa de Débito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

*Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. **Informe Legislativo Estadual** – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.*